

Com o objetivo de disseminar a informação jurídica encaminhamos, abaixo, os Atos Oficiais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, indexados pela equipe da Biblioteca do TJERJ e publicados no dia 03 de julho de 2017, no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro – DJERJ.

Conheça outros Atos do PJERJ; Provimentos, Resoluções etc. que estão disponibilizados no site do Tribunal de Justiça; www.tjrj.jus.br, em Consultas > Legislação > Atos Oficiais do PJERJ.

Os Boletins do Serviço de Referência Bibliográfica e Atendimento ao Usuário estão disponíveis na página da Biblioteca no endereço eletrônico: www.tjrj.jus.br > Biblioteca > Produtos > Boletins dos Atos Oficiais do PJERJ.

Ato Oficial	Data de Publicação	Ementa
AVISO TJ/ESAJ 2/2017	03/07	Avisa que será realizado curso de Formação de Peritos Judiciais em atendimento às Resoluções nº 03/2011 e 09/2016, do Conselho da Magistratura. DJERJ, ADM, n. 198, p. 36.
<u>SÚMULA TJ 11/1980</u>	03/07	Divórcio. Artigo 40 da Lei n. 6.515. A separação de fato anterior a 28 de junho de 1977, data da Emenda Constitucional n. 9, pode computar-se para o decreto de divórcio, ainda que o transcurso dos cinco anos se complete em data ulterior. Cancelamento. DJERJ, ADM, n. 198, p. 10.
<u>SÚMULA TJ 79/2005</u>	03/07	Em respeito ao princípio que veda o enriquecimento sem causa, as associações de moradores podem exigir dos não associados, em igualdade de condições com os associados, que concorram para o custeio dos serviços por elas efetivamente prestados e que sejam do interesse comum dos moradores da localidade. Cancelamento. DJERJ, ADM, n. 198, p. 10.

<u>SÚMULA TJ 147/2009</u>	03/07	Descabido convolar ação possessória em indenizatória, diante da intercorrente notícia de desapossamento injusto do bem, até então em poder do réu já citado, salvo se este anuir a tal alteração, ou já constar pedido reparatório sucessivo na petição inicial daquela, nos termos do parágrafo 1. do art. 461, em conformidade com o disposto no parágrafo 3. do art. 461-A, ambos do CPC. Cancelamento. DJERJ, ADM, n. 198, p. 10.
<u>SÚMULA TJ 154/2011</u>	03/07	Incide verba honorária no cumprimento da sentença a partir do decurso do prazo previsto no art. 475-J, do CPC. Cancelamento. DJERJ, ADM, n. 198, p. 10.
<u>SÚMULA TJ 158/2011</u>	03/07	E admissível a execução provisória da multa prevista nos arts. 461, parágrafo 4. e art. 461-A, parágrafo 3., do CPC, inclusive da antecipação da tutela. Cancelamento. DJERJ, ADM, n. 198, p. 10.
<u>SÚMULA TJ 159/2011</u>	03/07	O prazo para cumprimento da tutela especifica das obrigações de fazer, não fazer ou dar flui da data da juntada aos autos do mandado de intimação devidamente cumprido. Cancelamento. DJERJ, ADM, n. 198, p. 10.
<u>SÚMULA TJ 367/2017</u>	03/07	O deferimento de recuperação judicial não suspende as execuções fiscais em curso contra a sociedade em recuperação, ficando os atos que importem em constrição ou alienação do patrimônio da recuperanda submetidos ao juízo universal. DJERJ, ADM, n. 198, p. 8.
<u>SÚMULA TJ 368/2017</u>	03/07	A execução fiscal pode ser redirecionada aos sócios- gerentes e diretores de pessoa jurídica executada falida na hipótese de se comprovar que houve dissolução irregular em data anterior à da decretação da falência. DJERJ, ADM, n. 198, p. 9.

<u>SÚMULA TJ 369/2017</u>	03/07	Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro, de suas autarquias e fundações públicas, conforme expressamente previsto no art. 3 °. da Lei Estadual n°. 5.351/2008.
	P.	DJERJ, ADM, n. 198, p. 9.
<u>SÚMULA TJ 370/2017</u>	03/07	Compete ao juízo de família o julgamento de demanda que verse sobre o reconhecimento e dissolução da união estável, post mortem, dirimindo a questão atinente à divisão de bens.
		DJERJ, ADM, n. 198, p. 9.
<u>SÚMULA TJ 371/2017</u>	03/07	Em execução de alimentos, podem ser objeto de penhora os valores referentes ao FGTS do alimentante.
		DJERJ, ADM, n. 198, p. 9.
<u>SÚMULA TJ 372/2017</u>	03/07	Nas dívidas relativas a cotas condominiais deliberadas em assembleia, incide o condômino em mora a partir de seu vencimento, independente da utilização de meios de cobrança.
		DJERJ, ADM, n. 198, p. 9.
<u>SÚMULA TJ 373/2017</u>	03/07	Para a configuração da responsabilidade por danos morais à pessoa jurídica é imprescindível que a conduta do agente viole sua honra objetiva.
		DJERJ, ADM, n. 198, p. 9.
SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE TJ SN1/2008	03/07	Súmula da Jurisprudência Predominante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
		Alteração. DJERJ, ADM, n. 198, p. 10.

Caso a íntegra de algum Ato não esteja disponível, favor contatar o endereço eletrônico: emerj.seind@tjrj.jus.br

Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Departamento de Ensino Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Rua Dom Manuel, 37, térreo Tel.: 021 3133-6562/3133-6556 E-mail: <u>emerj.biblio@tjrj.jus.br</u>

